



PRÁTICAS EDUCOMUNICATIVAS PARA INCLUSÃO DO CIDADÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Francislene dos Santos¹
Miro Luiz dos Santos Bacin²

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa teórica sobre a Educomunicação e o Programa de Educação Previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social – PEP/INSS. Desta forma, numa perspectiva de democracia participativa, realizar a aproximação da teoria e práticas da Educomunicação com o PEP/INSS. A Educomunicação como uma prática de comunicação para desenvolver a cidadania, inclusão social, acesso à informação, leitura crítica das informações e uso da informação para emancipação do cidadão. Por outro lado, o Programa de Educação Previdenciária/INSS como instrumento de educação social, informação e que visa a inclusão do cidadão na Política de Seguridade Social ou acesso aos benefícios assistenciais. Deste modo, a pesquisa em questão tem como premissa fazer a leitura em conjunto da teoria com a prática e identificar caminhos na Educomunicação que possam ser aplicados no PEP/INSS. Desta forma, identificou-se alguns procedimentos a serem adotados para que as informações cheguem aos cidadãos de forma clara, inclusiva. Sendo fundamental realizar a identificação e mapeamento dos sujeitos que são alvo das ações do programa, promover ações com pautas específicas de inclusão digital e social sobre benefícios assistenciais com foco na informação sobre os direitos, parcerias para desenvolver ações de inclusão digital e, ainda, ampliar os multiplicadores de informações previdenciárias. Por fim, entende-se que a Educomunicação vem ao encontro da Política Social do INSS de inclusão do cidadão a Seguridade Social, são ações complementares que objetivam a emancipação dos sujeitos e garantia de direitos.

Palavras-chave: educomunicação; democracia participativa; educação previdenciária.

EDUCOMMUNICATION PRACTICES FOR INCLUDING CITIZENS IN THE BRAZILIAN SOCIAL SECURITY

ABSTRACT

This article is theoretical research on Educommunication and the Social Security Education Program of the National Institute of Social Security - PEP/INSS. In this way, from a perspective of participatory democracy, bring the theory and practices of Educommunication closer to the

¹ Mestre em Educação (UNEATLANTICO-ES), Analista do Seguro Social e Coordenadora de Avaliação Educacional no INSS. Especialista em Polícia (UFPEL), Gestão Pública (FURG), Mídia e Educação (UNIPAMPA) e em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (IFES). Pesquisadora de Avaliação de Efetividade em Educação Corporativa, Gestão da Educação Corporativa e Educomunicação na Seguridade Social. Socióloga (UFPEL) e Assistente Social (Anhanguera). E-mail: francisleneisp@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8629-9338>.

² Jornalista, mestre em Semiótica e doutor em Comunicação Social. Professor do curso de graduação em Jornalismo (Unipampa) e da especialização em Mídia e Educação (Unipampa/UAB). Fotógrafo, ilustrador e artista plástico. Pesquisador da área da comunicação e colaborador semanal do jornal Folha de São Borja. E-mail: mirobacin@unipampa.edu.br ORCID: Não possui.

PEP/INSS. Educommunication as a communication practice to develop citizenship, social inclusion, access to information, critical reading of information and use of information for the emancipation of citizens. On the other hand, the Social Security Education Program/INSS as an instrument of social education, information and which aims to include citizens in the Social Security Policy or access to assistance benefits. Thus, the research in question has the premise of reading theory and practice together and identifying paths in Educommunication that can be applied in the PEP/INSS. In this way, some procedures to be adopted were identified so that the information reaches the citizens in a clear, inclusive way. It is fundamental to carry out the identification and mapping of the subjects who are the target of the program's actions, to promote actions with specific agendas of digital and social inclusion on welfare benefits with a focus on information about rights, partnerships to develop digital inclusion actions and, also, to expand social security information multipliers. Finally, it is understood that Educommunication meets the INSS Social Policy of inclusion of citizens in Social Security, they are complementary actions that aim at the emancipation of subjects and guarantee of rights.

Keywords: *educommunication; participatory democracy; pension education.*

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teórica apresenta uma análise crítica sobre a Educomunicação para o desenvolvimento e exercício efetivo da cidadania do público que acessa os serviços e benefícios da previdência social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Educomunicação entendida como a interface entre educação e comunicação que objetiva criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, fortalecendo o protagonismo dos sujeitos sociais (SOARES, 2002). Percebe-se que, ter acesso aos canais de atendimento da Previdência Social (internet e telefone) não é suficiente para o desenvolvimento da cidadania. Todavia, torna-se difícil obter cidadania plena diante das desigualdades, sejam materiais ou sociais (CORTINA, 2004), ou seja, a Educomunicação também é necessária para acesso pleno.

Para que haja uma sociedade inclusiva e participativa, se faz necessário oportunizar aos cidadãos as competências necessárias para compreender as informações, realizar uma análise crítica e saber reproduzir e repassar a informação corretamente. Desta forma, esse artigo tem por objetivo apresentar uma aproximação do Programa de Educação Previdenciária (PEP) do INSS, com a Educomunicação.

O artigo está dividido em apresentação das referências teóricas utilizadas para pesquisa, após discorrer sobre o PEP/INSS e sobre a Educomunicação, em seguida demonstrar a aproximação do programa com a Educomunicação e, por fim, as considerações sobre a pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Primeiramente será apresentado o referencial teórico base para a pesquisa desenvolvida, com breves considerações sobre comunicação, cidadania e democracia participativa. Posteriormente, apresentar o Programa de Educação Previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social – PEP/INSS, na sequência conceituações sobre Educomunicação e sua relação prática com o PEP/INSS.

1. METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa teórica, fazer um apanhado teórico conceitual das principais referências sobre Educomunicação e Comunicação para cidadania. O percurso metodológico passou por pesquisas no portal de periódicos da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Periódicos CAPES e Google Acadêmico, livros e artigos de autores de referência da temática. No portal Periódico CAPES que foram encontrados dois artigos sobre o Programa de Educação Previdenciária. Para informações sobre o Programa de Educação Previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social, foram realizadas pesquisas nos *sites* do próprio programa, na página do INSS no *gov.br* e na *intraprev* do INSS e por fim, documento que normatizam o programa.

A análise das discussões apresentadas pelos autores fora realizada de forma a relacionar a comunicação na era digital e estabelecer correlação entre características da Educomunicação e as práticas adotadas pelo Programa de Educação Previdenciária, PEP/INSS.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Para Antônio Hohlfeldt (2001), o processo comunicacional caracteriza-se como um fenômeno social e ninguém se comunica isolado e solitário. Ou seja, a comunicação permite o intercâmbio de mensagens, com função de informar, constituir um consenso de opiniões (ou a maioria), persuadir ou convencer, prevenir acontecimentos, aconselhar, constituir identidades e até divertir. A comunicação está presente no dia-a-dia, nas rotinas diárias, na interação com outras pessoas, no acesso aos meios de comunicação, faz parte do desenvolvimento da sociedade.

Por outro lado, há a necessidade de desenvolver o processo comunicativo emancipatório dos indivíduos. Freire (1996) alertava sobre a necessidade de se praticar/ensinar a leitura crítica dos meios de comunicação de massa para a emancipação e o pleno desenvolvimento da cidadania. Para o autor, o homem ao agir e pensar sobre o mundo, nas relações com os outros, é que ele conhece a natureza e age sobre ela, assim, transformando-a. Por conseguinte, essa comunicação é o fazer a educação, portanto, não há educação sem comunicação.

Desta forma, a educação é a base do processo emancipatório do indivíduo, na qual oportunizada ao sujeito participação ativa na sociedade (MORIN, 2010). Assim, se faz necessário romper paradigmas, aproveitar os ecossistemas de participação, garantir os espaços de fala e transformação social cidadã.

Outra autora importante para o debate é a Amartya Sen (2018), com a teoria da escolha social democráticas, a autora defende que treinar as pessoas é a chave para liberdade, assim como treinamento, conhecimento, possuem melhores condições para avaliar e tomar as melhores decisões. As pessoas precisam desenvolver as capacidades que lhes permitam fazer escolhas conscientes. Deste modo, a informação é essencial para escolha inteligente e democrática.

Do mesmo modo, Siurana (2009), propõe que os cidadãos desenvolvam capacidades como autocompreensão, baseando seus julgamentos em critérios de reflexão e justiça, mas isso com conhecimento e abertura de espaços democráticos para participação ativa. Para Cortina (1993) a participação ativa torna-se expressão de igualdade e eficácia, somente se consegue com educação, assim, possui caráter de auto legislação dos indivíduos, compreendendo que os interesses individuais coincidem com os da comunidade, pois o valor educacional desenvolve o senso de justiça (na busca de bens comuns) e, conseqüentemente, o sentimento de pertencimento.

Por conseguinte, segundo Freire (1980) a teoria sem a prática vira verbalismo, assim como a prática sem a teoria vira ativismo, o objetivo é atingir a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade. Deste modo, urge pensar a prática educativa em uma perspectiva problematizadora e, nesse contexto, o papel do professor deixa de lado a postura verticalizada e detentora do saber e assume uma postura horizontalizada, mediatizadora de experiências e trocas (FREIRE, 1996).

Por fim, para Martin-Barbero (2014), a cidadania está associada ao “reconhecimento recíproco”, isto passa decisivamente hoje pelo direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, portanto, imprescindível para poder participar das decisões que dizem respeito à coletividade. Todavia, a exclusão da cidadania reside “na expropriação do direito de ser visto, que equivale ao de existir/contar socialmente, tanto no terreno individual como no coletivo, no das majorias como das minorias” (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 107 e 108).

No próximo tópico, será apresentado um programa de educação do Instituto Nacional do Seguro Social, com vista a aproximar o cidadão do conhecimento sobre a Previdência Social Brasileira, considerando o protagonismo dos cidadãos.

3. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PEP/INSS

O Programa de Educação Previdenciária - PEP, foi instituído pela Portaria Ministerial nº1.671, em 15 de fevereiro de 2000 (Institui o Programa de Estabilidade Social, com a finalidade de ampliar a cobertura dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, tendo em vista o bem-estar dos trabalhadores) e Portaria Ministerial nº1.276, de 9 de setembro de 2003 (Altera a denominação do Programa de Estabilidade Social para Programa de Educação Previdenciária). Trata-se de um programa do Governo Federal, que integra o INSS e está vinculado à Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento do INSS, como Divisão de Educação Previdenciária - DIVPREV (INSS, 2022).

Segundo Barros (2011) os motivos principais pelos quais o INSS institucionalizou o Programa de Estabilidade Social foram dados estatísticos que apontavam que a cada dez trabalhadores, seis estavam fora do sistema previdenciário e da política de incentivos para inscrição do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, além disso da fora do acesso aso demais benefícios a todos os trabalhadores.

Em 2003, ano da alteração do nome do Programa de Estabilidade Social para Programa de Educação Previdenciária, o PEP ampliou a abrangência do programa. Conforme Barros (2011), o PEP produziu informações sobre a importância do seguro social para os trabalhadores e suas famílias, programa regular de informação e

conscientização sobre os direitos previdenciários, orientação sobre contribuições, benefícios e o demais serviços do RGPS (aposentadorias por idade, por tempo de contribuição, invalidez, especial, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário maternidade, pensão, auxílio reclusão, serviço social, reabilitação profissional e perícia médica). Também foram focadas ações nos benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e a Pessoa com Deficiência.

O PEP tem por objetivo fundamental disseminar o conhecimento previdenciário, sendo um instrumental importante para inclusão social, sendo uma conexão entre a previdência e o cidadão com foco em promover ações educativas e informativas sobre direitos e deveres da sociedade, além de fortalecer a cultura previdenciária e fortalecimento da cidadania no Brasil.

As ações executadas pelo PEP são:

- Orientação e informação;
- Palestras;
- Cursos EaD (ensino a distância) para servidores e para sociedade;
- Mídia, com o suporte das equipes de Comunicação Social do Instituto; e
- Cursos de disseminadores.

As ações ocorrem de forma descentralizada com equipes de Educação Previdenciária localizadas nas diversas gerências executivas do INSS, espalhadas pelas superintendências regionais (Norte Centro Oeste, Sudeste I, II e III, Sul e Nordeste), assim o Programa conta com servidores em quase todas as unidades da federação.

Além disso, o PEP/INSS conta com um ambiente virtual de educação, onde são ministrados cursos à distância. (ESCOLA PEP, 2022).

Importante destacar, que o INSS está em constante transformação para alinhar-se a essa nova era digital, assim o PEP também está se adequando a esse novo cenário, com ações voltadas para comunicação virtual no canal Meu INSS e cursos EaD na escola PEP ((INSS, 2022). Todavia, são ações que atingem o público que já tem acesso a internet ou familiaridade para buscar conhecimento através desses canais. Porém, é necessário pensar ações que venham ao encontro, também, da inclusão digital.

Dados INSPER (2020) sobre a judicialização de benefícios previdenciários a assistências, apresentam, com base nas análises preliminares, que há relação entre judicialização e condições socioeconômicas do segurado/requerente. Ou seja, requerentes desempregados ou baixa renda tendem a ter benefícios negados, por um lado poderá ser consequência do aumento de pedidos de benefício em vias de falta de renda ou por falta de conhecimento sobre como acessar os benefícios e documentos exigidos. Todavia, mais estudos se fazem necessários sobre a relação entre a falta de informação e judicialização de processos.

Para Barros (2011), a longo prazo o Programa de Educação Previdenciária objetiva ampliar o nível de cobertura previdenciária, com informação e acesso aos serviços do

INSS o cidadão é incluído no sistema previdenciário, conseqüentemente contribuir para a redução da informalidade e aumento do controle social.

Desta forma, no tópico seguinte, apresenta-se a Educomunicação como uma prática que vem ao encontro da inclusão e disseminação de informação para todos.

4. EDUCOMUNICAÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES

A proposta aqui é apresentar alguns teóricos que trazem a discussão sobre Educomunicação e relacionar com a comunicação na era digital, de forma que seja possível fazer a correlação, posteriormente, com o Programa de Educação Previdenciária PEP/INSS.

Um das definições sobre Educomunicação é apresentada por Soares (2002) como toda ação comunicativa no espaço educativo, realizada com o objetivo de produzir e desenvolver ecossistemas comunicativos.

O termo Educomunicação para designar o conjunto destas ações que produzem o efeito de articular os sujeitos sociais no espaço da interface comunicação/educação. À leitura crítica das mídias e a produção midiática para os jovens somasse o conceito de gestão da comunicação dos espaços educativos (SOARES, 2011, p.11).

Trata-se de um campo da educação que se relaciona com a comunicação com vistas a romper com o paradigma tradicional de mensagens sem retorno, os sujeitos passam de apenas receptores de mensagens, para atores do processo, como protagonista do conhecimento e leitura crítica das mensagens.

Orozco (2014), descreve a cidadania comunicativa, como algo maior do que o reconhecimento dos direitos ao acesso à informação, mas sim, diz respeito a um contexto amplificado de recepção, produção e emissão frente à comunicação digital, da internet e de toda a reorganização social que representam. Deste modo, a Educomunicação é o campo a pensar a participação e a comunicação menos como método/técnica e sim prática para garantia dos direitos humanos fundamentais e protagonismos dos sujeitos.

A autora destaca que não é tarefa simples e automática, o trânsito de receptores para produtores emissores, pois independente da tecnologia como instrumento, a participação efetiva, será conquistada a partir de diversas estratégias, como: ações políticas, culturais, educativas e integradas entre si. Pois, a falta de participação do cidadão é uma reprodução histórica de passividade e reprodução acrítica dos meios. "As relações com os meios massivos sempre foram bastante unidirecionais, e não apenas deixaram de convocar essa participação, mas a inibiram e impediram por meio de diversos subterfúgios midiáticos" (OROZCO, 2014, p. 115).

Pensando nesse processo de caminho para Educomunicação, Martín-Barbero (2014), apresenta um significativo percurso analítico desse processo, ou seja, para o autor a comunicação é a base de qualquer ação participativa, deste modo, o analfabetismo (de letras ou digital), não é apenas uma falta de instrução, mas uma problemática estrutural, de um sistema injusta e desigual, ao qual exclui as minorias do espaço de participação ativa e consciente. O que se relaciona com Freire (1980), na qual traz a alfabetização como prática da liberdade, sendo uma proposta de transformação social no

homem analfabeto (mudo), com o descobrimento da palavra negada, e reconhecer-se como ator do processo social.

Deste modo, observa-se que a teoria de Paulo Freire também é base para a teoria de Educomunicação, pois Freire (1980), traz a dialogicidade como essencial para uma prática emancipadora. O campo Educomunicativo possui atuação multidisciplinar, para Jackin e Haracemiv (2021), a partir dos pressupostos de Paulo Freire sobre a interface comunicação/educação, desenvolve-se por meio de políticas públicas e práticas escolares que objetivam a emancipação do sujeito.

Assim, Romão (2016) propõe uma analogia Educomunicação-prática da liberdade, como forma de provocar nos cidadãos a mesma atitude do descobrimento da palavra negada, neste novo cenário de inclusão digital, com a transformação do usuário-receptor para o usuário produtor-emissor, e o favorecimento de práticas de inclusão digital e participação cidadã.

Segundo Valderrama (2014) há aspectos importantes, a serem considerados para uma formação para a cidadania participativa dentro de uma perspectiva Educomunicativa, são estes:

1. Esteja embasada não em habilidades técnicas, mas cognoscitivas, afetivas, comunicativas para pensar soluções políticas ou sociais;
2. Possibilite ao cidadão reconhecer os contextos culturais e sociopolíticos e ressignificar a construção da cidadania em cada contexto;
3. Facilite a ação em rede como forma organizativa de ação política;
4. Proporcione uma ação cidadã capaz de identificar problemas, construir argumentos e críticas e, principalmente, soluções para os problemas de forma criativa;
5. Auxilie na competência comunicativa ampla: de percepção, de diálogo, de construção de possibilidades, mobilizadora, além de entender as características e funcionamento da mídia tradicional e novas e seu papel na construção e formatação do espaço público (além de expressar as várias formas e possibilidades de ser sujeito público);
6. Facilite o entendimento da relação estabelecida pelo cidadão com seu próprio meio, ampliando suas possibilidades de comunicar suas pautas e se comunicar com outros agentes, administrando dialogicamente um projeto coletivo.

Percebe-se que o autor apresenta elementos fundamentais para que a Educomunicação, realmente seja atingida, elenca caminhos e princípios a serem observados para atingir o processo de inclusão social e digital de fato. Sem que haja atenção a esses princípios, muito terá que se fazer para ter uma sociedade realmente informada, consciente, crítica e participativa.

5 Resultados: Práticas educomunicativas para o Programa de Educação Previdenciária do INSS

Segundo Magalhães e Alves (2019) existe uma parcela da população que desconhece os mecanismos de proteção social, devido a desinformação, ficam a margem da cobertura previdenciária, sem acesso as garantias sociais oferecidas pelo Estado, fundamental para construção de uma sociedade mais cidadã. Para os autores a cidadania não é algo pronto e acabado

Para Polistchuk e Trinta (2003) a internet configura-se como um novo espaço público de comunicação, possui múltiplos atores sociais com caráter interativo que promove novas dimensões para a comunicação. Entretanto, há a emergência de traduzir as informações, nessa nova lógica simbólica, pensando no contexto social do receptor e mensageiro. Para os autores, há um novo paradigma da comunicação, com a interatividade, de cunho participativo, numa praça virtual, assim, para que haja comunicação as mensagens precisam ser decodificadas e reconhecidas por todos.

Percebe-se que é imprescindível que a inclusão digital seja vista sob o ponto de vista ético, portanto ser considerada como uma ação que promoverá a conquista da “cidadania digital” e contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a expectativa da inclusão social (SILVA *et al.*, 2005). Segundo os autores a inclusão digital é parte integrante do processo de informação, deste modo, entende-se que o ponto de partida para inclusão digital é o acesso à informação nos meios digitais, e o ponto de chegada é a assimilação da informação e sua reelaboração em um novo conhecimento, desta maneira “tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas” (SILVA *et al.*, 2005, p. 30).

Desta maneira, a aprendizagem irá acontecer na medida que o cidadão se sente parte do processo, conectado com a informação e capaz de decifrá-la. Conforme Soares (2002), logo, o ambiente mediado por tecnologias pode ajudar a produzir sentidos, convertendo-se em mediação. “É o sentido que provoca a aprendizagem, não a tecnologia, e é por isso que o campo compete à comunicação ou à educomunicação” (SOARES, 2002, p. 20).

Porém, o fato é que no Brasil há uma grande desigualdade social no acesso à informação, Martín-Barbero (2014), afirma que o mundo digital poderá aprofundar as desigualdades que já existem, promovendo uma *aparthaide* digital. Trata-se de enfrentar um desafio tecnológico e o impacto das novas tecnologias na vida em sociedade, são os ecossistemas comunicativos, necessitando de uma educação para os meios.

O autor ainda apresenta três tendências sobre a educação para os meios, a saber: a vertente moralista (impacto negativo dos meios), a vertente culturalista (garantir aos educandos os conhecimentos necessários para recepção das mensagens) e a vertente dialética (relação entre receptores e os meios a partir de uma reflexão sócio-político-cultural em que se encontram receptores e os produtores). Deste modo, pensar a Educomunicação como um campo de conhecimento que objetiva a reflexão dialética, levar em consideração o contexto dos sujeitos receptores das mensagens, para que todos possam compreender e serem críticos e produtores de informação e conhecimento.

O PEP/INSS cumpre seu papel de informar e disseminar as informações previdenciárias, porém há a problemática de acesso a essas informações, como chegar aos cidadãos que estão à margem da rede de computadores, sem acesso à internet.

Todavia, Fraga (2020) levanta a questão de como participar em um contexto midiático se há um abismo digital e forte estratificação digital, que afetam a independência e autonomia. Consequentemente, Freire (2014), já afirmava que uma das coisas mais lastimáveis para o ser humano é ele não pertencer ao seu tempo. É se sentir, assim, um exilado no tempo, sem compreender o meio em que vive, sem acesso a emancipação, sem poder desenvolver, ficar preso às amarras de uma sociedade excludente social e economicamente.

Para Silva *et al.* (2005), a inclusão digital não é uma simples problemática que se soluciona comprando computadores para a população de baixa renda e ensinando as pessoas a utilizar esse ou aquele *software* ou aplicativos. Acesso a estrutura tecnológica é apenas um dos fatores ligados à inclusão/exclusão, mas não é o único. Saber usar os meios de forma crítica e consciente é o desafio.

Sendo assim, Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) apud Silva *et al.* (2005, p. 33) afirmam que “Não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional e que o maior problema da inclusão digital não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação”.

No relatório apresentado pelo INSPER (2020), sobre judicialização de processos previdenciários e assistenciais, a instituição também sugere algumas medidas que poderão reduzir a judicialização excessiva desses processos. Ou seja, para remediar a situação, requer que o INSS tome as seguintes medidas administrativas (INSPER, 2020, p. 141): (i) Viabilização do acesso presencial às agências do INSS em regiões de maior exclusão digital; (ii) Medidas de informação e educação sobre o uso da plataforma “Meu INSS” (por ex. parcerias com prefeituras e organizações locais); (iii) Acessibilidade e simplificação do processo administrativo, com ampla informação ao segurado; (iv) Extinção do atendimento preferencial de advogados.

Ou seja, a inclusão digital passa pelo acesso aos computadores e somente serão atingidos seus objetivos, quando houver conhecimento e Educomunicação que venha ao encontro da leitura crítica das informações, a fim de continuar a ser apenas espectadores e “esponjas” de informações.

Percebe-se que a Educomunicação aliada ao PEP/INSS objetiva a transformação social e protagonismo dos sujeitos no acesso à Previdência. A prática educacional busca, desta forma, transformações sociais que priorizem, desde o processo de alfabetização/inclusão, promovendo o exercício da expressão, ampliando o número dos sujeitos sociais e políticos preocupados com o reconhecimento prático, no cotidiano da vida social, do direito universal à expressão e à comunicação (SOARES, 2014a).

Alguns caminhos são importante a serem observados que se pretende colocar em prática a Educomunicação no Programa de Educação Previdenciária do INSS, são eles: conhecer o público receptor da mensagem, promover ações que inclusão digital para além do conhecimento previdenciário, buscar parcerias para o desenvolvimento de programas/ações de inclusão digital e acesso à internet, ampliação do programa de disseminadores de conhecimento previdenciário para atingir o maior público, por fim, o PEP já trabalha em várias dessas conjunturas, mas a questão é ampliar seu campo de

atuação e buscar alternativas para diminuir o abismo digital e promover o protagonismo dos sujeitos no acesso à Previdência Social brasileira.

CONCLUSÃO

A Educomunicação vem ao encontro da educação emancipatória, participativa e cidadã. É fundamental para o desenvolvimento da criticidade e leitura da sociedade com viés mais emancipatório e menos reprodutor de uma sociedade capitalista, a partir de uma educação previdenciária focada na Educomunicação para autonomia dos indivíduos. Esta modalidade de abordagem educacional mostra-se necessária para disseminar o conhecimento previdenciário para além da teoria, apresentando ações práticas de inclusão digital.

Por outro lado, há de adotar práticas de inclusão digital que vão além de acesso a computadores, há a necessidade de desenvolver nos cidadãos competências para utilizar os mesmos, não apenas no sentido tecnológico, mas a prática de Educomunicação para que os indivíduos saibam pesquisar, identificar informações falsas, saberem filtrar informações desnecessárias e identificar fontes confiáveis e seguras de informação. Deste modo, poderão construir seus próprios saberes, tomarem decisões conscientes e terem a liberdade de ser protagonistas do acesso à cidadania plena.

Logo, a informação é fundamental para a escolha inteligente e a democracia tem muito a relacionar-se com ela. Todavia, mais uma vez, cabe alertar para a identificação de informações falsas e não checadas que estão na direção oposta da Educomunicação. Sen (2018) conclui que a tomada de decisões democráticas tem um potencial enorme para melhoria do escopo e das consequências da reflexão pública.

Com foco em informar e conscientizar a sociedade sobre seus direitos e deveres, promover a proteção social e a cultura previdenciária, a Educomunicação promove o que Cortina (2004) defende quanto à liberdade dos cidadãos, com a ampliação do acesso à informação. Assim, a partir desse pressuposto, uma das principais funções da educação, para Freire (1999), é formar a consciência crítica do sujeito, desta forma temos a educação de fato e a educação libertadora.

Fato é que não se tem conhecimento sem informação. A problemática é não se ater apenas a informar, mas como informar pontos de vista, numa concepção com análise crítica, debate, espaço plural de construção coletiva por meio da participação das partes interessadas (*stakeholders - street-level bureaucrats* e cidadãos). Refere-se a ir ao encontro dos cidadãos, promovendo educação como instrumento de garantia a acesso a direitos, sejam previdenciários ou assistenciais. Portanto, a Educomunicação é necessária para exercer uma cidadania democrática, pensando nas particularidades do público da Previdência Social, de forma assertiva e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARROS, Hugo Ribeiro. **O programa de educação previdenciária como política social/The social security education program as a social policy**. Universitas Jus, v. 22, n. 2, 2011.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº nº1.671**, em 15 de fevereiro de 2000. Ministério da Previdência e Assistência Social, Brasília, DF, DOU DE 15.02.2000.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº1.276**, de 9 de setembro de 2003. Ministério da Previdência Social, Brasília, DF, DOU DE 11.09.2003.

CORTINA, Adela. **Ética aplicada y democracia radical**. Madrid: Tecnos, 1999.

CORTINA, Adela. **Ciudadania activa en una sociedade mediática**. Em *Ética de los medios: una apuesta por la ciudadanía audiovisual*, 11 – 31. Barcelona: Gedisa, 2004

ESCOLA PEP. **Instituto Nacional do Seguro Social**. Disponível em: <https://escolapep.inss.gov.br/>. Acesso em: 26 dez. 2022.

FRAGA, Vanessa de Souza. **A participação nas mudanças de políticas públicas e o papel da sobrecarga administrativa na política de segurança social no Brasil**. 2020. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências da Administração) – Universidade do Minho, Portugal, 2020. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/70526/1/Vanessa_de_Souza_Fraga.pdf. Acesso em: 26 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10a ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra; 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, Paulo. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. Editora Paz e Terra, 2014.

HOHLFELDT, Antônio. **As origens antigas: a comunicação e as civilizações**. Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, p. 61-98, 2001.

INSPER. Instituto de Ensino e Pesquisa. **A judicialização de benefícios previdenciários e assistenciais**. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/Relatorio-Final-INSPER_2020-10-09.pdf. Acesso em: 05 mai. 2023.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. **Programa de Educação Previdenciária – PEP**. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>. Acesso em: 26 dez. 2022.

JACKIW, Elizandra; HARACEMIV, Sônia Maria Chaves. **Educomunicação e alfabetização midiática: diálogos freireanos na América Latina**. Praxis educativa, v. 16, p. 1-21, 2021.

MAGALHAES, G. F.; ALVES, W. M. **Cidadania e políticas públicas no contexto do programa de educação previdenciária - PEP**. Revista do Direito Público, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 10–25, 2019. DOI: 10.5433/1980-511X.2019v14n1p10. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/28585>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução: Eloá Jacobina. 18.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **Educomunicação, recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio R. **Teorias da comunicação: do pensamento e a prática da comunicação social**. Elsevier, 2003.

ROMÃO, Lilian CR. **Participação cidadã e os desafios da Educomunicação**. 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2357-1.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2022.

- SEN, Amartya. **Escolha coletiva e bem-estar social**. Coimbra: Almedina, 2018.
- SILVA, Helena et al. **Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania**. *Ciência da Informação*, v. 34, p. 28-36, 2005.
- SIURANA Juan Carlos. **La sociedad ética, indicadores para evaluar éticamente una sociedad**. Barcelona: Proteus, 2009.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação**. *Comunicação & Educação*, [S. l.], n. 23, p. 16-25, 2002. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i23p16-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012>. Acesso em: 2 dez. 2022.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e a formação de professores no século XXI**. In: *Revista FGV online*. v. 4 n. 1. 2014a. p. 19-34. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revfgvonline/article/view/41468>>. Acesso em 02 dez. 2022.
- VALDERRAMA, Carlos E. **Cidadania e formação cidadã na sociedade da informação**. In: APARICI, Roberto. *Educomunicação: para além do 2.0*. São Paulo: Paulinas, p. 293-316, 2014.

